

PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CULTURA

20122014



Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação

# PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO **2012-2014**



Marta Suplicy

Ministra da Cultura

Marcelo Pedroso
Secretário Executivo

Marcelo Narvaes Fiadeiro Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração

Paulo Cesar Kluge Coordenador-Geral de Tecnologia de Informação

Fabiana Gonçalves de Lima Coordenadora de Governança e Projetos de TI

#### Equipe responsável pela elaboração do PDTI

Flávio Merheb de Moraes

Sérgio Paulo Futer

Marcos Antonio Quezado Soares

Elaine Silveira de Vasconcelos

Klaymer Alves de Amorim Paz

Allan dos Santos Nenes

Claudilea de Queiroz Sousa

#### Colaboradores

Humberto Miranda Cardoso

Hugo Gois Cordeiro

Francisco de Assis da Silva Santos

Flávio Átila Corteletti Filho

# Sumário

Аp	presentação	6
1.	Introdução	7
2.	Termos e Abreviações	8
3.	Documentos de referência	9
4.	Metodologia aplicada	10
5.	Princípios e diretrizes	13
6.	Estrutura Organizacional da unidade de TI	14
6	6.1 O Ministério da Cultura - MinC	14
7.	Referencial estratégico de TI	17
7	7.1 Missão	18
7	7.2 Visão	18
7	7.3 Valores	18
7	7.4 Objetivos Estratégicos de TI	19
7	7.5 Análise de SWOT da TI Organizacional	21
8.	Relatório de análise do PDTIC 2008-2010	22
9.	Alinhamento com a Estratégia da Organização	25
10.	). Plano de Necessidades, Metas e Ações	26
,	10.1 Critérios de Priorização	26
,	10. 2 Necessidades Identificadas	27
,	10. 3 Plano de metas	28
,	10. 4 Plano de metas e ações	34
11.	. Plano de gestão de pessoas	44
12.	Plano de Investimentos em Serviços e Equipamentos	45
13.	B. Plano de gestão de riscos	47
14.	l. Proposta orçamentária	55
15.	5. Processo de revisão do PDTI 2012-2014	56
16.	S. Fatores críticos de Sucesso	56

# CGTI

17.	Conclusão	57
ANEX	(O I – SITUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE REDES DO MINC	58
ANFX	(O II – CATÁLOGO DE SISTEMAS	59

# **CGT**

#### Ministério da Cultura

## Apresentação

As melhores práticas, relacionadas à gestão eficiente dos recursos de Tecnologia da Informação (TI), orientam as instituições públicas para a necessidade de um planejamento, no qual estejam relacionadas todas as metas da instituição, associadas às ações da área de TI a serem executadas, visando o cumprimento de sua Missão.

O Tribunal de Contas da União (TCU), por meio de seus recentes Acórdãos, tem recomendado aos órgãos públicos, antes de executarem seus gastos relacionadas à Tecnologia da Informação, a elaboração de um Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), o qual deve contemplar todas as ações, devidamente associadas às metas de suas áreas de negócio. Essa recomendação tornou-se obrigatória com a publicação da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 04, de 19 de maio de 2008, revisada em 12 de novembro de 2010, pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), órgão central do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP).

O objetivo deste documento é apresentar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) 2012/2014 do Ministério da Cultura (MinC), documento que define o conjunto de metas e ações que deverão nortear os direcionamentos e investimentos em Tecnologia da Informação no citado período, buscando o aprimoramento da governança de TI do MinC.

O PDTI abrange todo o MinC, compreendendo o Gabinete da Ministra e os órgãos a ele subordinados, a Secretaria Executiva e as Secretarias finalísticas. Não abrangendo as Entidades Vinculadas, que possuem planejamento de TI próprio.

A execução deste Plano Diretor dar-se-á no período de 2012 a 2014, devendo ser revisado ao final do ano de 2013 pela CGTI e aprovado pelo Comitê de Tecnologia da Informação do MinC.

# CGT

#### Ministério da Cultura

## 1. Introdução

Planejar é uma dos princípios fundamentais da Administração Pública, conforme preconiza o inciso I do art. 6 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. O planejamento proporciona um melhor uso dos recursos públicos e a prestação de serviços mais eficientes e eficazes para os cidadãos, adequando meios e ações à estratégia e aos objetivos institucionais do órgão.

Com a publicação da Instrução Normativa nº 04, de 19 de maio de 2008, pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), Órgão Central do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática do Governo Federal (SISP), a realização das contratações de bens e serviços de TI passou a ser condicionada à existência prévia de um instrumento de Planejamento elaborado pelos Órgãos Setoriais e Seccionais, denominado Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI.

Desde então, o MinC, por meio da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTI, vinculada à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA, elabora e executa seu Plano Diretor de TI, aprovado e publicado formalmente pela instituição. A primeira edição do PDTI/MinC foi elaborado para o triênio 2008-2010.

Assim, para continuar com o ciclo de planejamento exigido para a área de TI, o MinC apresenta neste documento o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTI/MinC, para o triênio 2012-2014.

Tendo em vista que o MinC não possui planejamento estratégico institucional todas as necessidades elencadas neste PDTI são oriundas dos problemas, fraquezas e oportunidades detectadas na análise SWOT da TI Organizacional, das necessidades derivadas e requeridas para consecução dos princípios e diretrizes, das necessidades levantadas pelas áreas meio e fim através de entrevistas, informações obtidas no Plano Nacional de Cultura (PNC) e PPA 2012-2015.

Desta forma procura-se assegurar que o atendimento dessas necessidades com o alcance das metas e a execução das ações definidas estejam intrinsecamente ligado aos objetivos estratégicos do MinC.

# 2. Termos e Abreviações

Termo	Descrição		
APF	Administração Pública Federal		
ATI	Analista em Tecnologia da Informação		
BI	Business Intelligence		
C3S	Central de Serviços e Suporte do SISP		
CEPROJE	Coordenação de projetos		
CGRL	Coordenação geral de recursos logísticos		
CGTI	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação		
COBIT	Control Objectives for Information and related Technology		
COSIS	Coordenação de desenvolvimento de sistemas		
COINT	Coordenação de infraestrutura tecnológica		
CPD	Central de processamento de dados		
SEATE	Serviço de Atendimento aos Usuários		
EGTI	Estratégia Geral de Tecnologia da Informação		
GRCM	Governança, Risco e Compliance		
GSISP	Gratificação Temporária do Sistema de Administração dos Recursos de TI		
IFPUG	International Function Point Users Group		
IN 04	Instrução Normativa SLTI/MP nº 04		
ITIL	IT Infrastructure Library		
LAN	Local Area Network		
MDS	Metodologia de Desenvolvimento de Software		
MinC	Ministério da Cultura		
MP	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão		
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão		
MPS.BR	Melhoria de Processos do Software Brasileiro		
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação		
PMBOK	Project Management Body of Knowledge		
PMP	Project Management Professional		
SE	Secretaria Executiva		
SEFTI	Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação		
SIC	Comitê de Segurança da Informação		
SISP	Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática		
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação		
SPOA	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração		
TCU	Tribunal de Contas da União		
TI	Tecnologia da Informação		
PNC	Plano Nacional de Cultura		
SIMEC	Sistema de Gestão do MEC		
VOIP	Voice over Internet Protocol		
WAN	Wide Area Network		

# 3. Documentos de referência

Documentos de Referência	Descrição			
Estratégia Geral de Tecnologia da Informação – EGTI 2011-2012	Estabelece metas de curto e médio prazo a serem cumpridas pelos órgãos do SISP, em diferentes perspectivas de atuação e propõe a mensuração objetiva de resultados por meio de indicadores. Incentiva e promove a troca de informações, experiências, conhecimento e desenvolvimento colaborativo entre os órgãos que compõem o sistema SISP.			
Decreto-lei nº 200/1967	Estabelece a descentralização de atividades de execução da Administração Federal para possibilitar Administração se dedicar às tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle.			
Decreto nº 2.271/1997	Trata da Política de terceirização para a Administração Pública Federal.			
Instrução Normativa SLTI/MP nº 04/2010	Dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP) do Poder Executivo Federal.			
Instrução Normativa GSI/PR nº 1:2008	Disciplina a Gestão de Segurança da Informação e Comunicações na Administração Pública Federal, direta e indireta.			
Guia do Processo de Elaboração de PDTI e Modelo de Referência de PDTI 2011-2012	Documento da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação/MP que dispõe sobre os padrões, orientações, diretrizes e templates para elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação.			
ISO/IEC 27001 e 27002	Política de Segurança da Informação.			
COBIT, ITIL, CMMI	Boas práticas de mercado para serviços, sistemas e governança.			
E-Ping	Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico.			
E-Mag	Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico.			
PDTIC 2008-2010 do MinC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação vigente em 2008-2010.			
PLOA 2012	Guia de Orçamento Público com previsão de despesas previstas para o exercício 2012.			
Plano Nacional de Cultura (PNC)	Planejamento e implementação de políticas públicas de longo prazo voltadas à proteção e promoção da diversidade cultural brasileira.			
PPA 2012-2015	Instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas.			

#### 4. Metodologia aplicada

A confecção do PDTI seguiu as boas práticas preconizadas no PMBOK 2008. O fluxo de execução do projeto de elaboração seguiu o modelo proposto pela SLTI por meio do documento *GUIA PRÁTICO DE ELABORAÇÃO DE PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – PDTI do SISP*. A metodologia orienta a realização em três fases principais:

- 1) Preparação;
- 2) Diagnóstico;
- 3) Planejamento.

A figura abaixo ilustra o fluxo:

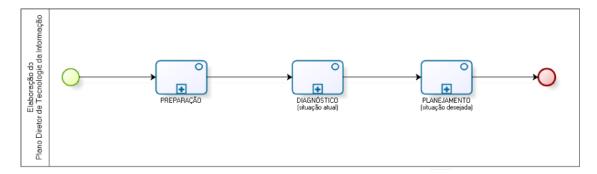


Figura 1 – Elaboração do PDTI

A primeira fase da elaboração do PDTI é a de Preparação (Figura 2), na qual devem ser realizadas as tarefas necessárias para a criação de um Plano de Trabalho para elaboração do PDTI. As seguintes tarefas podem ser executadas nesta fase: definição da abrangência do plano, definição de equipe de elaboração do PDTI, definição de metodologia e alinhamento estratégico aos documentos de planejamento do órgão.

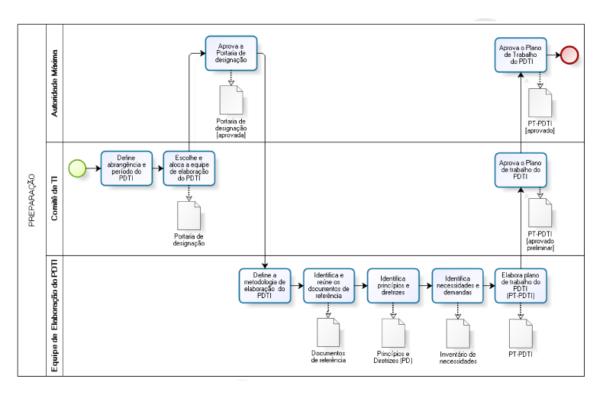


Figura 2 - Preparação

Após aprovação do Plano de Trabalho, inicia-se a fase de Diagnóstico (Figura 3), durante a qual será identificada a situação atual da TI da entidade e todas as necessidades ou demandas que precisam ser atendidas.

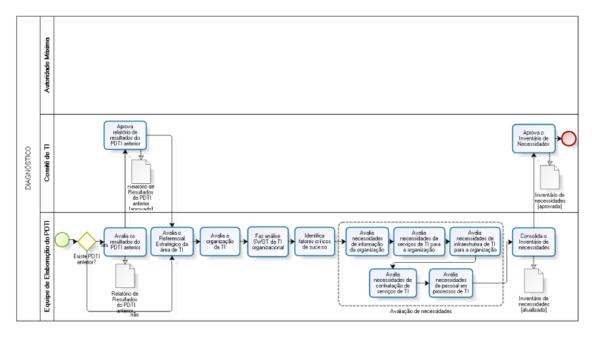


Figura 3 - Diagnóstico

# CGTI

## Ministério da Cultura

A partir do diagnóstico segue-se para o Planejamento (Figura 4). Para cada necessidade é estipulada sua prioridade e uma ou mais metas e ações para o seu atendimento. Estas ações envolvem a contratação de serviços e a aquisição de equipamentos, inclusive recursos humanos, para o seu desenvolvimento.

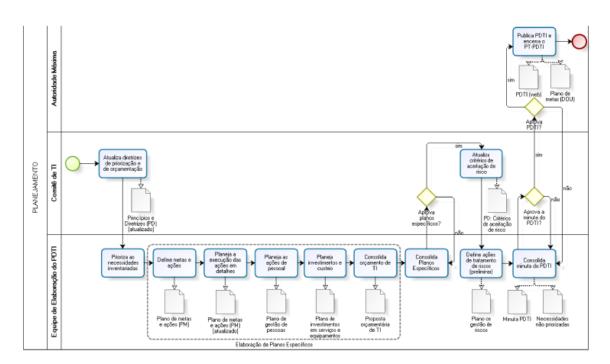


Figura 4 - Planejamento

# 5. Princípios e diretrizes

ld	Princípios e Diretrizes	Origem
PD1	Deve-se maximizar a terceirização de tarefas executivas, para dedicar o quadro permanente à gestão e governança da TI organizacional, limitado à maturidade do mercado, interesse público e segurança institucional/nacional.	Decreto-lei nº 200/1967, art. 10, § 7º e 8º Decreto nº 2.271/1997
PD2	Toda contratação de serviços deve visar ao atendimento de objetivos de negócio, o que será avaliado por meio de mensuração e avaliação de resultados.	
PD3	O pagamento de serviços contratados deve, sempre que possível, ser definido em função de resultados objetivamente mensurados.	
PD4	A maioria dos bens e serviços de TI atendem a padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações que são usuais no mercado, cabendo obrigatoriamente a licitação por pregão.	Ac2471/2008-P Nota Técnica Sefti/TCU nº 2
PD5	Todos os serviços e processos de TI críticos para a organização devem ser monitorados (planejados, organizados, documentados, implementados, medidos, acompanhados, avaliados e melhorados)	ITIL
PD6	Todos os sistemas, programas e funcionalidades definidos pela organização devem ser planejados, documentados, implementados, rastreados, validados e melhorados.	СММІ
PD7	Aprimorar processos de gestão de serviços de TI	Estratégia Geral de Tecnologia da Informação – EGTI 2011- 2012

PD9	O planejamento da implantação, desenvolvimento ou atualização de portais e sítios eletrônicos, sistemas, equipamentos e programas em tecnologia da informação reger-se-á pelas políticas, diretrizes e especificações do Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-MAG), visando assegurar de forma progressiva a acessibilidade de serviços e sistemas de Governo Eletrônico.	•	Portaria 03/2007	SLTI/MP	nº
PD10	O planejamento da implantação, desenvolvimento ou atualização de sistemas, equipamentos ou programas em tecnologia da informação reger-se-á por políticas, diretrizes e especificações sistematizadas por meio dos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico (e-PING), visando assegurar de forma progressiva a interoperabilidade de serviços e sistemas de Governo Eletrônico.	•	Portaria 05/2005	SLTI/MP	nº
PD11	Estimular o uso racional dos recursos de informação e informática, no âmbito da Administração Pública Federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação.	•	Decreto nº EGTI 2011	1.048/1994	
PD12	Propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de informação e informática.	•	Decreto nº EGTI 2011	1.048/1994	

## 6. Estrutura Organizacional da unidade de TI

#### 6.1 O Ministério da Cultura - MinC

O Ministério da Cultura foi criado em 1985, pelo Decreto 91.144 de 15 de março daquele ano. Reconhecia-se, assim, a autonomia e a importância desta área fundamental, até então tratada em conjunto com a educação.

A cultura, ademais de elemento fundamental e insubstituível na construção da própria identidade nacional é, cada vez mais, um setor de grande destaque na economia do País, como fonte de geração crescente de empregos e renda.

Em 1990, por meio da Lei 8.028 de 12 de abril daquele ano, o Ministério da Cultura foi transformado em Secretaria da Cultura, diretamente vinculada à Presidência da República, situação que foi revertida pouco mais de dois anos depois, pela Lei 8.490, de 19 de novembro de 1992.

Em 1999, ocorreram transformações no Ministério da Cultura, com ampliação de seus recursos e reorganização de sua estrutura, promovida pela Medida Provisória 813, de 1º de janeiro de 1995, transformada na Lei 9.649, de 27 de maio de 1998.

Em 2003, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, aprovou a reestruturação do Ministério da Cultura, por meio do Decreto 4.805, de 12 de agosto.

O MinC cresceu e potencializou suas ações procurando minimizar distorções e ampliar o acesso da população aos bens culturais. A Cultura passou a ser vista sob três dimensões: a simbólica, a cidadã e a mercadológica, e suas ações passaram a ser desenvolvidas para fortalecer cada uma dos três campos

#### 6.2 A Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI

É de responsabilidade da CGTI propor diretrizes e implementar as políticas de informática dos órgãos e entidades do Ministério da Cultura, em consonância com as orientações, normas e diretrizes definidas pelo órgão central do Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática (SISP).

Além disso, a CGTI deve estabelecer as diretrizes para a aquisição de equipamentos de informática, de software e de novas tecnologias, propor programas de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos em informática e propor, coordenar e acompanhar os planos estratégicos de informática no âmbito do Ministério.



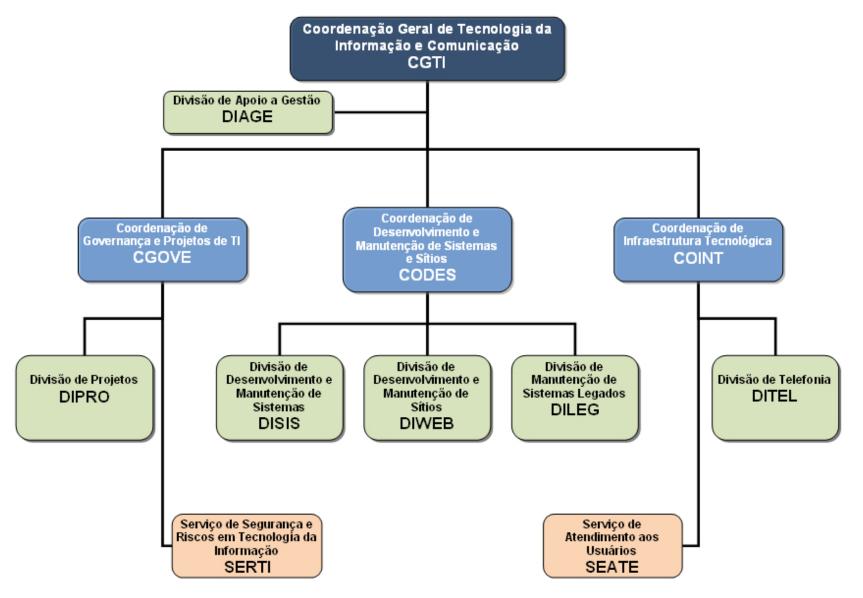


Figura 5 - Estrutura Organizacional da CGTI



## 7. Referencial estratégico de TI

#### MAPA ESTRATÉGICO DE TI



Figura 6 - Mapa Estratégico de TI

# **CGTI**

## Ministério da Cultura

#### 7.1 Missão

A CGTI, a partir da avaliação de suas atividades, conjuntamente com os representantes das áreas de negócio do MinC, instituiu sua Missão, explicitando o porquê da sua existência.

"Viabilizar soluções de Tecnologia da Informação que agregue valor à missão institucional do Ministério da Cultura com adoção das melhores práticas de gestão."

#### 7.2 Visão

Para complementar a Missão, a CGTI declara sua posição no futuro, para o horizonte de 2012-2014.

"Ser referência em excelência na qualidade dos serviços e soluções de Tecnologia da Informação no âmbito do Governo Federal, pelo provimento de soluções tecnológicas com celeridade, confiabilidade e segurança, de forma eficiente e inovadora."

#### 7.3 Valores

	Valores		
Comunicação	Primar pela comunicação entre unidades/usuários, colaboradores e demais interlocutores, propiciando, assim, a troca de idéias, diálogo, compartilhando e democratizando a informação, com vistas a um melhor entendimento entre os mesmos.		
Eficiência	Entrega da informação de maneira mais produtiva e econômica no uso dos recursos.		
Continuidade	Princípio de dar seguimento ao que foi planejado, ou em curso de execução, conferindo melhorias naquilo que couber.		
Comprometimento	Primar pela eficiência da gestão como força mobilizadora da atuação dos servidores da CGTI.		
Inovação Tecnológica	Apresentar e implementar novas idéias direcionadas à resolução de problemas e aperfeiçoamento contínuo dos serviços.		
Respeito	Saber conviver com a diversidade e particularidades, mantendo relações construtivas.		
Ética	Conduta pautada em valores morais, culturais e institucionais, voltada ao bem comum.		
Transparência	Dar clareza e visibilidade das ações da CGTI aos usuários e aos demais interessados.		
Confiabilidade	Entrega da informação apropriada para os gestores administrar sua respectiva área de negócio e exercer suas responsabilidades financeiras e de gestão		
Cooperação	Atuar em equipe na busca de soluções, respeitando as diferenças.		
Sustentabilidade	Conquistar e manter a excelência da gestão ao longo do tempo, pela capacidade interna de lidar com ameaças e oportunidades.		



#### 7.4 Objetivos Estratégicos de TI

#### 7.4.1 CONTRIBUIÇÃO PARA A ORGANIZAÇÃO

 Entregar e manter soluções de Tecnologia da Informação alinhadas à estratégia do MinC.

Desenvolver, implantar e manter soluções de Tecnologia da Informação que atendam às diretrizes do PNC, PPA 2012-2015 e outras demandas que tenham sido priorizadas pelo MinC.

#### 7.4.2 EXCELÊNCIA OPERACIONAL

• Aprimorar o atendimento aos usuários do MinC.

Promover melhorias no atendimento às demandas e às necessidades de Tecnologia da Informação dos usuários internos por meio de soluções de TI.

#### 7.4.3 ORIENTAÇÃO PARA O USUÁRIO

• Desenvolver produtos e serviços com celeridade e qualidade.

Responder às necessidades de soluções de TI do MinC por meio do desenvolvimento, da aquisição, do suporte e da manutenção de produtos e serviços, primando pelo atendimento oportuno aos requisitos definidos em conjunto com o usuário.

Aprimorar os processos de governança.

Implantar as melhores práticas de gestão de projetos e de recursos de TI, visando eficácia, eficiência, segurança, disponibilidade e gestão de riscos.

• Ampliar a capacidade produtiva.

Elevar a capacidade produtiva da CGTI ao nível de atendimento tempestivo das demandas.

 Aperfeiçoar a comunicação interna e o relacionamento da CGTI com as áreas de negócio.

Adotar práticas e ferramentas que propiciem maior interação e comunicação entre as áreas de negócio do MinC e CGTI.



#### 7.4.4 ORIENTAÇÃO FUTURA

Atrair e motivar os servidores da CGTI.

Promover ações que resultem na satisfação dos servidores da CGTI com seu ambiente de trabalho, com as atividades que desempenham e em sua motivação para o alcance dos objetivos estratégicos do MinC.

Promover a aprendizagem e o desenvolvimento profissional.

Assegurar a formação continuada dos servidores, buscando a evolução do conhecimento e habilidades, ampliando as competências e superando os desafios representados pela constante transformação da área de TI.

• Prospectar e internalizar tecnologias que agreguem valor.

Pesquisar e conhecer as tecnologias emergentes com o objetivo de avaliar os benefícios de sua adoção no MinC.

Adequar infraestrutura para desenvolvimento das ações do MinC.

Promover mudanças na infraestrutura tecnológica que resultem em condições adequadas para a realização das atividades do MinC, envolvendo melhorias das ferramentas de trabalho e equipamentos.

 Disponibilizar informações integradas e relevantes para agilizar a tomada de decisões gerenciais e estratégicas.

Utilizar os recursos de TI para facilitar o acesso e o entendimento das informações do MinC com qualidade e contribuir para o processo de tomada de decisão.



## 7.5 Análise de SWOT da TI Organizacional

Ambiente Interno	Ambiente Externo	
Forças	Oportunidades	
<ul> <li>Implementação de metodologias de desenvolvimento de sistemas e de gerência de projetos</li> <li>Infraestrutura de TI atualizada</li> <li>Novas soluções de TI adequadas às atividades do Ministério</li> <li>Implementação do Processo de Gestão</li> <li>Implementação e formalização do Escritório de Projetos</li> <li>Apoio da SPOA</li> <li>Equipe com GSISPs e ATIs</li> <li>Canal de comunicação - TIDEIA - para tornar público os serviços e outras ações relacionadas a TI</li> </ul>	<ul> <li>Novos dirigentes (Secretario Executivo, GM)</li> <li>Disponibilização de soluções pelo Portal do Software Públi Brasileiro</li> <li>Parceria com outros Ministérios</li> <li>Parceria com órgãos de controle</li> <li>Ações do Governo Federal em relação ao fortalecimento o na APF</li> </ul>	
Fraquezas	Ameaças	
<ul> <li>Não há portfólio de soluções de TI</li> <li>Pessoalidade da prestação de serviços</li> <li>Ausência de capital humano capacitado</li> <li>Área de TI não é considerada estratégica</li> <li>Atitude reativa em relação aos problemas e necessidades do MinC, sem gestão de riscos</li> <li>Ausência de padrões que forneçam uma infraestrutura tecnológica homogênea, em iniciativas de modelos de desenvolvimento de sistemas, serviços de software e planejamento de bens e serviços de gestão de contratos</li> <li>Falta de cumprimento e desatualização da norma interna do órgão</li> <li>Falta de reciclagem para motivação de servidores antigos</li> <li>Resistência a mudanças</li> <li>Inexistência de servidores capacitados/certificados (ITIL, COBIT, PMP)</li> <li>Comitê de TI sem atuação</li> </ul>	<ul> <li>Corte de orçamento</li> <li>Interferência da política externa que impacta decisões estratégicas e operacionais internas</li> <li>Rotatividade de servidores</li> <li>Percepção equivocada das atribuições da área de Tecnologia pelas áreas finalísticas</li> <li>Produtos e serviços de Tecnologia da Informação críticos para o negócio do órgão exposto a riscos de segurança</li> <li>Produtos e serviços de Tecnologia da Informação críticos para o negócio do órgão exposto a terceirizados</li> </ul>	

# **CGTI**

## Ministério da Cultura

### 8. Relatório de Análise do PDTIC 2008-2010

O instrumento PDTIC 2008-2010, realizado para vigência entre o ano 2008 e 2010, contém previsão de 98 ações para a melhoria dos segmentos de Microinformática, Redes Locais, Rede WAN, Hospedagem e produção, Serviços do Data Center, Sistemas de Informação, Sites Internet e Intranet, Equipe de TI do MinC e Governança em TI. A figura 6 mostra a quantidade e o percentual das ações executadas, não executadas e as que ainda estão em execução até o memento da análise.



Figura 7 - Ações executadas 2008 - 2010

Conforme demonstra a figura 7, o MinC executou 44 das 98 ações previstas. Estas ações se concentraram basicamente nas áreas mais críticas da TIC. A figura 8, abaixo, mostra a quantidade e o percentual em relação às 44 ações que foram executadas em cada seguimento:

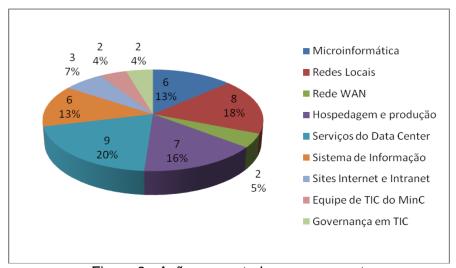


Figura 8 - Ações executadas por segmento

# CGT

#### Ministério da Cultura

Os dados da figura 8, acima, indicam que o esforço de execução das ações previstas no Plano focou-se principalmente nos segmentos relacionados à infraestrutura de TI e sistemas de informação, áreas críticas que servem de ponto de partida para a montagem de uma base tecnológica mínima na organização (equipamentos de microinformática, sistemas, hospedagem de dados e redes de comunicação).

Observa-se, da mesma forma, que o segmento de Microinformática foi o que apresentou o percentual mais baixo de execução entre os demais. No entanto, ações estruturantes já foram executadas, como a renovação de todo o parque de computadores de mesa e portáteis do Ministério, conforme pode ser verificado no Anexo I-A, itens 8.1.3.3, 8.1.3.4 e 8.1.3.5.

Por outro lado, as ações relacionadas à governança e gestão foram as que tiveram o menor nível de execução verificado no PDTI/MinC. Entre as ações não executadas, por exemplo, incluem-se: "8.1.3.1. Definição de Padrão de Utilização de Hardware e Software de Microinformática no MinC"; "8.4.3.5. Definição de POPs (procedimentos operacionais padrão) para rotinas de gestão e manutenção de microinformática"; "9.3.1. Definição de padrão tecnológico para projeto de Redes Locais"; "10.3.2. Definição de requisitos tecnológicos e de modelo de contratação de nova Rede WAN"; "Definição e inclusão dos incidentes e problemas dos serviços do Data Center na base da CAU (Central de Atendimento ao Usuário)", "13.3.1. Consultoria para definição de novo modelo informacional corporativo"; "16.3.5. Definição da Política de Classificação de Ativos da Informação".

#### 8.1 Fatores que contribuíram para o não cumprimento das metas

Além de apontar a evolução da TI em relação às ações previstas no PDTIC 2008-2010, o estudo também focou as razões pelas quais as ações não puderam ser executadas. Dentre as razões levantadas neste estudo, as justificativas se dividem em:

- Falta de recursos humanos;
- Falta de recursos financeiros;
- Mudança de prioridade;
- Ausência de necessidade:
- Meta transferida a outro departamento.

## C

## Ministério da Cultura

A figura 9, abaixo, lista as quantidades e porcentagem das justificativas em relação aos 34 itens que não foram executados:

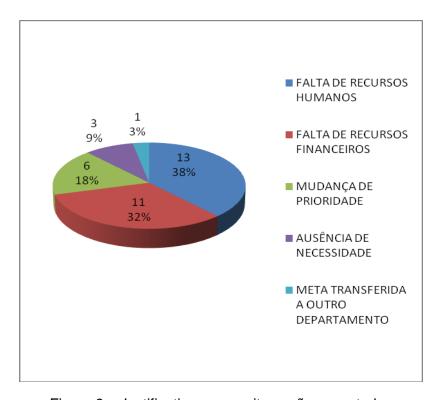


Figura 9 – Justificativa para os itens não executados

#### 8.2 Ações que poderiam ser realizadas para cumprir novas metas

Analisando os dados referentes às justificativas da não realização das ações, o relatório revela que se houvesse um maior número de recursos humanos e financeiros teríamos uma maior execução das ações previstas no PDTIC 2008-2010.

Outro ponto relevante seria uma maior disponibilidade de tempo do Comitê de TI para se reunir com a finalidade de aprovar as alterações de priorização.



## 9. Alinhamento com a Estratégia da Organização

Por não ter um planejamento estratégico institucional, o PDTI 2012-2014 se baseou nos Planos e/ou Programas de Governo, sobretudo aqueles inseridos no PPA 2012-2015 e Plano Nacional de Cultura (PNC).

De acordo com o Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, que institui o Sistema Federal de Cultura - SFC e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC do Ministério da Cultura – a atuação da Política Cultura abrange as seguintes áreas:

- Artes visuais;
- Música popular;
- Música erudita;
- Teatro;
- Dança;
- Circo;
- Audiovisual;
- Literatura, livro e leitura;
- Arte digital;
- Arquitetura e urbanismo;
- Design;
- Artesanato;
- Moda;
- Culturas afro-brasileiras;
- Culturas dos povos indígenas;
- Culturas populares;
- Arquivos;
- Museus:
- Patrimônio material; e
- Patrimônio imaterial.

Dessa forma, as ações previstas neste Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI visa apoiar o MinC no alcance das suas políticas, programas e ações, cumprindo o contexto estratégico da instituição.

## C

## Ministério da Cultura

## 10. Plano de Necessidades, Metas e Ações

#### 10.1 Critérios de Priorização

O termo necessidade denota, neste documento, toda e qualquer necessidade que a área de TI precisa atender, seja para satisfazer demandas externas, seja para melhorar a gestão e os processos da própria área de TI.

O processo de priorização das necessidades inicialmente utilizado foi a Matriz GUT – gravidade, urgência e tendência. Essa ferramenta é utilizada na priorização de estratégias, tomadas de decisão e solução de problemas de organização/projetos.

Primeiramente, para cada necessidade demos uma nota de 1 a 5 de acordo com os itens listados abaixo.

Gravidade	Impacto do problema sobre coisas, pessoas, resultados, processos ou organizações e efeitos que surgirão em longo prazo, caso o problema não seja resolvido.			
Urgência	Relacionada ao tempo que esse problema deverá levar para acontecer, quanto maior a urgência menor o tempo disponível para resolver esse problema.			
Tendência	Potencial de crescimento do problema, avaliação da tendência de crescimento, redução ou desaparecimento do problema.			

Para que a nota não seja subjetiva, cada valor de pontuação tem uma descrição de acordo com o item relacionado.

Pontos	Gravidade	Urgência	Tendência
5	Os prejuízos ou dificuldades são extremamente graves	É necessária uma ação imediata	Se nada for feito, o agravamento será imediato
4	Muito graves	Muito graves Com alguma urgência	
3	Graves	O mais cedo possível	Vai piorar a médio prazo
2	Pouco Graves	Pode esperar um pouco	Vai piorar a longo prazo
1	Sem gravidade	Não tem pressa	Não vai piorar ou pode até melhorar

Ao final da indicação de pontuação para cada necessidade, multiplicamos os resultados (gravidade x urgência x tendência) e chegamos a um valor único, no qual ordenamos de forma decrescente e definimos a prioridade das necessidades.



## 10. 2 Necessidades Identificadas

As necessidades priorizadas no PDTI de acordo com a ferramenta Matriz GUT e a priorização das áreas de negócio do MinC encontram-se listadas abaixo.

Prioridade	ID	Necessidade		
	N01	Desenvolvimento ou disponibilização de sistemas para implantar as metas e ações prioritárias do MinC.		
1º	N02	Provimento e manutenção da infraestrutura de rede e comunicação		
	N03	Provimento de serviços e equipamentos de TI mediante demandas do MinC		
	N04	Adequação quantitativa do quadro de pessoal de TI		
2º	N05	Provimento de uma central de atendimento de serviços de TI		
	N06	Aperfeiçoamento do processo de desenvolvimento de software		
	N07	Realizar automação de processos da área administrativa do MinC		
3º	N08	Prover o suporte tecnológico para a disseminação de informações institucionais em conteúdo web		
	N09	Atendimento aos padrões de governança de TI		
	N10	Fornecer informações estratégicas para a Alta Administração do MinC		
	N11	Implantação de um Sistema de Gestão em Segurança da Informação - SGSI		
4º	N12	Provimento e manutenção do ambiente de hospedagem e produção		
	N13	Serviço de mailing para a Assessoria de Comunicação do MinC		
5°	N14	Difusão multimídia de acervos culturais		
J	Adoção de um processo formal de gestão de projetos de TI baseado nas melhores práticas de mercado			



#### 10. 3 Plano de metas

O Plano de Metas define marcos mensuráveis, controláveis e quantificáveis para a satisfação de cada necessidade identificada.

As tabelas, abaixo, apresentam, para cada necessidade, quais as metas a serem alcançadas e quais ações serão realizadas para viabilizar o cumprimento das metas. As metas são compostas por indicadores, valores e prazos estimados.

	Necessidade Prioritárias: Suporte as Ações Prioritárias do	MinC				
Meta	Descrição	Indicador				
	,		Valor/2012	Valor/2013	Valor/2014	
MP 01	Suporte de TI ao Projeto Vale Cultura	Publicação do Decreto		100%	-	
MP 02	Implementação do Novo Portal	Cronograma		100%		
MP 03	Suporte de TI ao Projeto da Nuvem Cultural	Cronograma		100%		
MP 04	Implantação do SALIC WEB	Cronograma		100%		
MP 05	Implementação do SNIIC	Cronograma		100%	_	

	Necessidade 1: Desenvolvimento de sistemas para implant	ar as metas e ações priorita	árias do Min	C	
Meta	Descrição Indicador/Valor	Indiandar/Valor			
	Descrição		Valor/2012	Valor/2013	Valor/2014
M01	Desenvolver e manter mediante terceirização os sistemas para implantar as metas e ações prioritárias do MinC	% de Sistemas providos	20%	40%	40%

	Necessidade 2: Provimento e manutenção da infraestrutura	a de rede e comunicação				
Meta	Descrição	Indicador				
	Descrição	mulcador	Valor/2012	Valor/2013	Valor/2014	
M02	Manter e implantar redundância de rede	% de implantação de redundância	-	100%	-	
M03	Prover os serviços de administração e monitoramento de infraestrutura de redes e telecomunicações	% de serviços providos	100%	ı	-	
M04	Prover a inclusão de incidentes e problemas de redes locais e rede WAN na base da SEATE	% de inclusão provida	-	60%	40%	
M05	Implantar a redundância do VoIP	% de implantação	ı	ı	100%	
M06	Ampliar a comunicação remota entre as unidades do MinC por meio de vídeo conferência	% de comunicação remota ampliada	20%	40%	40%	

	Necessidade 3: Provimento de serviços e equipamentos de TI mediante demandas do N	MinC			
Meta	Descrição	Indicador			
	Descrição	mulcauoi	Valor/2012	Valor/2013	Valor/2014
M07	Elaborar inventário de ativos do MinC	% do Inventário elaborado	100%	1	-
M08	Adquirir hardware e software de TI	% de Aquisições realizadas	30%	30%	40%

	Necessidade 4: Adequação quantitativa do quadro de pessoal de TI					
Meta	Descrição	Indicador	ndicador			
	Descrição	mulcador	Valor/2012 Valor/2013 Valo	Valor/2014		
M09	Realizar estudo técnico/quantitativo do quadro de pessoal TI	% do estudo concluído	100%	-	-	
M10	Capacitar servidores	% de servidores capacitados	30%	30%	40%	

M11	Ampliar o quadro de pessoal de TI	% ampliado	-	20%	20%
-----	-----------------------------------	------------	---	-----	-----

	Necessidade 5: Provimento de uma central de atendimento	de serviços de TI			
Meta	Doscrição	Descrição Indicador Valo			
	Descrição		Valor/2012	Valor/2013	Valor/2014
M12	Prover serviços de atendimento ao usuário (Service Desk)	% de serviços providos	60%	40%	-

	Necessidade 6: Aperfeiçoamento do processo de desenvolv	vimento de software				
Meta	Dogarioão	Indicador				
	Descrição		Valor/2012	Valor/2013	Valor/2014	
	Aperfeiçoar a Metodologia de Desenvolvimento de Software – MDS existente para desenvolvimento de software	% da MDS revisada	-	100%	-	

	Necessidade 7: Realizar automação de processos da área a	administrativa do MinC				
Meta	Descrição	Indicador				
	Descrição	mulcaudi	Valor/2012	Valor/2013	Valor/2014	
M14	Implantar o sistema SIMINC	% do sistema implantado	10%	20%	20%	
M15	Verificar novos módulos junto ao SIMEC	Renovação realizada		100%	100%	

	Necessidade 8: Prover o suporte tecnológico para a dissem	ninação de informações ins	titucionais e	em conteúd	o web
Meta	Dogariaão	Indicador			
	Descrição	mulcador	Valor/2012	Valor/2013	Valor/2014

	Disponibilizar o novo portal da cultura visando a disseminação das informações de forma horizontal	% da solução disponibilizada	20%	80%	-	
M17	Padronizar o layout e melhorar o nível de acessibilidade dos sítios e portais do MinC	% de alteração e acessibilidade implantada	50%	50%	1	

	Necessidade 9: Atendimento aos padrões de governança d	e TI			
Meta	Descrição	Indicador	Valor/2012	Valor/2013	Valor/2014
M18	Implantar os principais processos do framework COBIT	% de processos implantados	-	-	100%
M19	Implantar os principais processos do framework ITIL	% de processos implantados	1	100%	-
M20	Implantar os principais processos do framework MPS-BR	% de processos implantados	-	-	100%
M21	Filiar o MinC ao IFPUG	Filiação concluída	-	(Sim/Não)	(Sim/Não)
M22	Dispor de Serviço de Aconselhamento Imparcial	Serviço disponível	(Sim/Não)	(Sim/Não)	(Sim/Não)
M23	Dispor de Serviço de Apoio a Gestão e Qualidade	Serviço disponível	-	(Sim/Não)	(Sim/Não)

	Necessidade 10: Fornecer informações estratégicas para a	Alta Administração do Min	MinC				
Meta	Meta Descrição	Indicador					
	Descrição	Indicador	Valor/2012	Valor/2013	Valor/2014		
M24	· ·	Informações institucionais disponibilizadas	-	-	(Sim/Não)		

	M25	Implantação de um banco de dados corporativo	Implantação realizada	-	(Sim/Não)	-	
--	-----	--	-----------------------	---	-----------	---	--

	Necessidade 11: Implantação de um Sistema de Gestão em Segurança da Informação - SGSI									
Meta	Descrição	Indicador								
		Indicador	Valor/2012	Valor/2013	Valor/2014					
M26	Implantar a norma NBR ISO/IEC 27001 adaptada à realidade institucional	Norma implementada	ı	(Sim/Não)	-					

	Necessidade 12: Provimento e manutenção do ambiente de	hospedagem e produção			
Meta	Descrição	Indicador	Valor/2012	Valor/2013	Valor/2014
M27	Definir a inclusão de incidentes e problemas do Data Center na base da SEATE	% dos incidentes e problemas incluídos na base da SEATE	-	20%	80%
M28	Reestruturar solução de alimentação e redundância de energia	% de reestruturação realizada	-	60%	40%
M29	Ampliar a solução de armazenamento de dados	% de Ampliação realizada	15%	25%	25%
M30	Sala Cofre e novo CPD com mais espaço físico	Ampliação realizada	-	100%	-
M31	Manter os sistemas Microsoft e Software Livre	Sistemas mantidos	(Sim/Não)	(Sim/Não)	(Sim/Não)

	Necessidade 13: Serviço de mailing para a Assessoria de Comunicação do MinC								
Meta	Descrição	Indicador							
	Descrição	mulcador	Valor/2012	Valor/2013	Valor/2014				
M32	Implantar serviço de Mailing	% implantado	100%	-	-				

		Necessidade 14: Difusão multimídia de acervos culturais								
M	eta	Descrição	Indicador							
			mulcador	Valor/2012	Valor/2013	Valor/2014				
N	/1.3.3	Disponibilizar conteúdo em vídeo do MinC para o público interno e externo	% de disponibilização	-	30%	70%				

	Necessidade 15: Adoção de um processo formal de gestão de projetos de TI baseado nas melhores práticas de mercado								
Meta	Dogarioão	Indicador							
	Descrição	mulcador	Valor/2012	Valor/2013	Valor/2014				
M34	Adotar metodologia de gestão de projetos	Metodologia implantada	-	(Sim/Não)	-				



#### 10. 4 Planos de metas e ações

O Plano de Ações define quais ações serão executadas durante a vigência do PDTI para o atendimento das metas definidas. O planejamento de execução detalha as informações sobre as ações, os prazos e os recursos humanos, materiais e orçamentários.

Ressalta-se que os valores apresentados constituem estimativas baseadas em análise de mercado, contratos vigentes no MinC e em outros órgãos da Administração Pública Federal. Portanto, não possuem caráter definitivo e podem variar durante a vigência do PDTI.

Necessidade 1: Desenvolvimento de sistema para implantar as metas e ações do MinC contidas na legislação vigente											
11	`	A 0 6 0	Responsável	Humanos				Orçamentários			
ID		Ação	Responsaver	Competência	Qtde	Equipamentos	Serviços	Investimento (em R\$ 1000)	Custeio (em R\$ 1000)		
	A1	Identificar necessidade de desenvolvimento de software para apoiar a gestão da área finalística e área meio do MinC	cosis	Levantamento de requisitos	2	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica		
	A2	Contratação de fábrica de software para o desenvolvimento, manutenção e melhoria dos sistemas.	cosis	IN 04/2010	4	Não se aplica	Consultoria C3S – Gestão de Contratos		25000		
	А3	Contratação de empresa especializada para contagem de ponto de função	COSIS	IN 04/2010	4	Não se aplica	Consultoria C3S – Gestão de Contratos		400		
	A4	Contratação de consultoria para o SNIIC	COSIS	IN 04/2010	4	Não se aplica	Consultoria C3S – Gestão de Contratos		12000		
M1	A5	Desenvolver Sistema para gestão dos Representantes do MinC	COSIS	Desenvolvimento do Sistema	2	Não se aplica	Contrato da Fábrica de Software		Previsto na Ação 2		
	A6	Desenvolver Sistema para eleição do CNPC	COSIS	Desenvolvimento do Sistema	2	Não se aplica	Contrato da Fábrica de Software		Previsto na Ação 2		
	A7	Desenvolver Sistema de votação dos Arenas Culturais	COSIS	Desenvolvimento do Sistema	2	Não se aplica	Contrato da Fábrica de Software		Previsto na Ação 2		
	A8	Aprimorar e adequar o sistema Salic tecnologicamente à legislação vigente	COSIS	Desenvolvimento do Sistema	2	Não se aplica	Contrato da Fábrica de Software		Previsto na Ação 2		
	A9	Desenvolver Sistema para Gestão de Gabinete	COSIS	Desenvolvimento do Sistema	2	Não se aplica	Contrato da Fábrica de Software		Previsto na Ação 2		
	A10	Aprimoramento do Sistema de Gestão Orçamentária	COSIS	Manutenção de Sistema	2	Não se aplica	Contrato da Fábrica de Software		Previsto na Ação 2		



Neces	sidade 2	2: Provimento e manutenção da in	fraestrutura d	e rede e comunicaç	ão					
				Recursos Necessários						
II	<b>)</b>	Ação	Responsável	Humanos	3			Orçamentários		
	,	Ayuo	reopondaver	Competência	Qtde	Equipamentos	Serviços	Investimento (em R\$ 1000)	Custeio (em R\$ 1000)	
	A11	Contratar link de internet para redundância da rede	COINT	IN 04/2010	2	Não se aplica	Consultoria C3S – Gestão de Contratos		729	
M2	A12	Manutenção da REDE WAN do MinC	COINT	IN 04/2010	2	Não se aplica			4444,79	
	A13	Manter o contrato com o SERPRO (Serviços Coorporativos do Governo)	COINT	IN 04/2010	2	Não se aplica			1660	
	A14	Contratação de empresa para manutenção, monitoramento 24x7 e administração da infraestrutura de redes	COINT	IN 04/2010	2	Não se aplica	Consultoria C3S – Gestão de Contratos		5400	
	A15	Contratação de Serviço de Telefonia Fixa e Móvel (Sede e Regionais)	COINT	IN 04/2010	2	Não se aplica	Consultoria C3S – Gestão de Contratos		4800	
	A16	Definição de POPs para manutenção de redes locais	COINT	IN 04/2010	2	Não se aplica			Previsto na Ação 14	
M3	A17	Definição de POPs para rotinas de manutenção e produção do Data Center do MinC	COINT	IN 04/2010	2	Não se aplica		Não se aplica	Previsto na Ação 14	
	A18	Automação e monitoramento do Data Center	COINT	IN 04/2010	2	Não se aplica			Previsto na Ação 14	
	A19	Renovação de 30% do parque de Switches	COINT	IN 04/2010	2	Não se aplica	Consultoria C3S – Gestão de Contratos	Previsto na Ação 27		
	A20	Renovação de 100% do parque de Switches de borda	COINT	IN 04/2010	2	Não se aplica	Consultoria C3S – Gestão de Contratos	1000		
	A21	Aquisição de Switches Core para unidade Parque Cidade	COINT	IN 04/2010	2	Não se aplica	Consultoria C3S – Gestão de Contratos	150		
	A22	Aquisição de switch Core para redundância	COINT	IN 04/2010	2	Não se aplica	Consultoria C3S – Gestão de Contratos	350		

Necess	Necessidade 2: Provimento e manutenção da infraestrutura de rede e comunicação											
				Recursos Necessários								
11	<b>`</b>	Ação	Responsável	Humanos				Orçamentários				
ID		Açau	Responsaver	Competência	Qtde	Equipamentos	Serviços	Investimento (em R\$ 1000)	Custeio (em R\$ 1000)			
M4	A23	Definição e inclusão dos incidentes e problemas das redes locais na base da SEATE do MinC	COINT	IN 04/2010	2	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica			
IVI4	A24	Definição e inclusão dos incidentes e problemas da Rede WAN na base da SEATE do MinC	COINT	IN 04/2010	2	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica			
	A25	Aquisição complementar de solução VOIP para possibilitar redundância e sobrevivência do sistema	COINT	IN 04/2010	2	Não se aplica	Consultoria C3S – Gestão de Contratos	450				
M5	A26	Aquisição de Gateways VOIP para as regionais objetivando a integração com o sistema VOIP da sede em Brasília	COINT	IN 04/2010	2	Não se aplica	Consultoria C3S – Gestão de Contratos	350				
Me	A27	Aquisição de solução de web conferência	COINT	IN 04/2010	2	Não se aplica	Consultoria C3S – Gestão de Contratos		400			
M6	A28	Ampliação da solução de vídeo conferência	COINT	IN 04/2010	2	Não se aplica	Consultoria C3S – Gestão de Contratos	1500				

Neces	Necessidade 3: Provimento de serviços e equipamentos de TI mediante demandas do MinC											
				Recursos Necessários								
	ın	<b>A a ã a</b>	A s a s a s a s a s a s a s a s a s a s		Humanos			Orçamentários				
'	lD	Ação Re	Responsável	Competência	Qtde	Equipamentos	Serviços	Investimento (em R\$ 1000)	Custeio (em R\$ 1000)			
M7	A29	Elaborar inventário de ativos do MinC	COINT	Governança de TI	1	Não se aplica	Consultoria C3S – Gestão de Contratos	Não se aplica	Não se aplica			
M8	A30	Aquisição de equipamentos, conforme levantamento de necessidades	SEATE	IN 04/2010	4	Não se aplica	Consultoria C3S – Gestão de Contratos	1702,5	26			

	A31	Aquisição de softwares, conforme levantamento de necessidades	SEATE	IN 04/2010	4		Consultoria C3S – Gestão de Contratos	140	
	A32	Aquisição de Antivirus	COINT	IN 04/2010	4	Não se aplica	Consultoria C3S – Gestão de Contratos		300
	A33	Contratação de Outsourcing de Impressão	SEATE	IN 04/2010	4	Não se aplica	Consultoria C3S – Gestão de Contratos		2400

Necess	sidade 4	4: Adequação quantitativa e qualit	ativa do quad	ro de pessoal de TI					
						Recursos	Necessários		
10	<b>-</b>	Ação	Responsável	Humanos				Orçamentários	
""	J	Açau	Responsaver	Competência	Qtde	Equipamentos	Serviços	Investimento (em R\$ 1000)	Custeio (em R\$ 1000)
M9	A34	Elaboração de relatório contendo estudo técnico quantitativo e qualitativo do quadro de pessoal de TI	CGTI	Realização de estudo técnico	2	Não se aplica	Apoio de Consultoria (C3S – Governança TI) / Diagnóstico	Não se aplica	Não se aplica
M10	A35	Solicitação de capacitação de servidores	CGTI	Elaboração de plano de capacitação	3	Não se aplica	Não se aplica		600
M11	A36	Solicitação de realização de concurso público	SPOA	Elaboração de requisitos de conhecimento dos novos servidores	4	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Neces	Necessidade 5: Provimento de uma central de atendimento de serviços de TI												
						Recursos	Necessários						
	D	Ação	Responsável	Humanos				Orçame	ntários				
'	J	Aça0	Responsavei	Competência	Qtde	Equipamentos	Serviços	Investimento (em R\$ 1000)	Custeio (em R\$ 1000)				
M12	A37	Contratação de empresa para prestação de serviço de Service Desk	ССТІ	IN 04/2010	2	Não se aplica	Consultoria C3S – Gestão de Contratos		2400				

Necess	sidade 6	6: Aperfeiçoamento do processo d	le desenvolvin	nento de software					
						Recursos	Necessários		
10	<u> </u>	Ação	Responsável	Humanos		Orçame	ntários		
"	,	Ação	Responsavei	Competência	Qtde	Equipamentos	Serviços	Investimento (em R\$ 1000)	Custeio (em R\$ 1000)
M13	A38	Revisar o modelo de desenvolvimento de software	COSIS	Revisão da MDS	10	Não se aplica	Consultoria C3S	Não se aplica	Não se aplica

Necess	sidade 7	: Realizar automação de process	os da área adr	ministrativa do MinC	;							
				Recursos Necessários								
10	`	Ação	Ação Responsável Humanos				Orçamentários					
"		Ação	Nesponsaver	Competência	Qtde	Equipamentos	Serviços	Investimento (em R\$ 1000)	Custeio (em R\$ 1000)			
M14	A39	Realizar a implantação de todos os módulos do SIPAC e SISRH	COSIS	Implantação de Sistemas	2	Não se aplica			Previsto na Ação 2			
M15	A40	Análise de viabilidade para verificar a implementação dos Módulos junto ao SIMEC	COSIS	Gestores	2	Não se aplica		Não se aplica	Não se aplica			

Neces	sidade 8	3: Prover o suporte tecnológico pa	ara a dissemin	ação de informaçõe	es instituci	onais em conte	údo web					
				Recursos Necessários								
	D	Ação	Responsável	Humanos				Orçamentários				
'	D	Ação	Nesponsaver	Competência	Qtde	Equipamentos	Serviços	Investimento (em R\$ 1000)	Custeio (em R\$ 1000)			
M16	A41	Contratação de uma ferramenta colaborativa para disponibilização do novo portal da cultura	DIWEB	IN 04/2010	4	Não se aplica	Consultoria C3S – Gestão de Contratos		1000			
M17	A42	Conteúdos publicados no site do MinC seguindo o padrão de Governo Eletrônico e-MAG	DIWEB	Acessibilidade	2	Não se aplica	Consultoria C3S – e- MAG	Não se aplica	Não se aplica			



Neces	Necessidade 9: Atendimento aos padrões de governança de TI												
						Recursos	Necessários						
	<b>-</b>	Ação	Responsável	Humanos	}			Orçamentários					
"	J	Açau	Responsaver	Competência	Qtde	Equipamentos	Serviços	Investimento (em R\$ 1000)	Custeio (em R\$ 1000)				
M18	A43	Contratação de empresa especializada no modelo COBIT	CGOVE	IN 04/2010	2	Não se aplica	Consultoria C3S – Gestão de Contratos		2000				
M19	A44	Contratação de empresa especializada no modelo ITIL	CGOVE	IN 04/2010	2	Não se aplica	Consultoria C3S – Gestão de Contratos		Previsto na Ação 43				
M20	A45	Contratação de empresa especializada no modelo MPS.BR	CGOVE	IN 04/2010	2	Não se aplica	Consultoria C3S – Gestão de Contratos		Ação 43				
M21	A46	Realizar filiação do MinC ao IFPUG	CGOVE	IN 04/2010	2	Não se aplica	Consultoria C3S – Gestão de Contratos		1,5				
M22	A47	Contratação de Consultoria Imparcial	CGOVE	IN 04/2010	2	Não se aplica	Consultoria C3S – Gestão de Contratos		1000				
M23	A48	Contratação de empresa de Apoio à Gestão e Qualidade	CGOVE	IN 04/2010	2	Não se aplica	Consultoria C3S – Gestão de Contratos		5000				

Necess	sidade 1	0: Fornecer informações estratég	icas para a Al	ta Administração do	MinC							
				Recursos Necessários								
10	,	Ação	Responsável	Humanos				Orçamentários				
"	J	Ação		Competência	Qtde	Equipamentos	Serviços	Investimento (em R\$ 1000)	Custeio (em R\$ 1000)			
	A49	Contratação de solução de BI	COSIS	IN 04/2010	2	Não se aplica	Consultoria C3S – Gestão de Contratos	8.831,71				
M24	A50	Contratação de empresa especializada para consultoria em BI	COSIS	IN 04/2010	4	Não se aplica	Consultoria C3S – Gestão de Contratos		10000			

M25		Contratação de empresa especializada para implantação de um banco de dados corporativo e administração de dados	COSIS	IN 04/2010	4	Não se aplica	Consultoria C3S – Gestão de Contratos		6000	
-----	--	--	-------	------------	---	---------------	--	--	------	--

Necess	sidade 1	l1: Implantação de um Sistema de	Gestão em So	egurança da Inform	ação – SG	SI			
						Recursos	Necessários		
 	`	Ação	Responsável	Humanos				Orçamentários	
	,	Açau	Nesponsaver	Competência	Qtde	Equipamentos	Serviços	Investimento (em R\$ 1000)	Custeio (em R\$ 1000)
	A52	Ajustar a composição do Comitê de SIC	Secretária Executiva	Segurança da Informação	4	Não se aplica	Apoio de Consultoria (C3S – Segurança da Informação)	Não se aplica	Não se aplica
	A53	Nomear Gestor de Segurança	SPOA	Elaboração de portaria	1	Não se aplica	Apoio de Consultoria (C3S – Segurança da Informação)	Não se aplica	Não se aplica
	A54	Formalizar a Implantação da POSIC	SPOA	Segurança da Informação	3	Não se aplica	Consultoria de empresa em GRCM ou C3S	Não se aplica	Não se aplica
M26	A55	Instituir equipe de tratamento e resposta a incidentes	SPOA	Elaboração de portaria	1	Não se aplica	Consultoria de empresa em GRCM ou C3S	Não se aplica	Não se aplica
	A56	Estabelecer procedimento de inventário de ativos de informação	SERTI	Segurança da Informação	3	Não se aplica	Consultoria de empresa em GRCM ou C3S	Não se aplica	Não se aplica
	A57	Implantar processos de gestão e tratamento de riscos de segurança da informação utilizando-se controles da norma 27002	SERTI	Segurança da Informação	3	Não se aplica	Consultoria de empresa em GRCM ou C3S	Não se aplica	Não se aplica
	A58	Implantar processos de continuidade de negócio utilizado-se a norma 15999	SERTI	Elaboração de portaria	1	Não se aplica	Consultoria de empresa em GRCM ou C3S	Não se aplica	Não se aplica

Necess	nuaue	12: Provimento e manutenção do a	imblente de III	ospedagem e produ	içao	Recursos	Necessários		
	_	A . ~ .	D	Humanos				Orçame	ntários
II	)	Ação	Responsável	Competência	Qtde	Equipamentos	Serviços	Investimento (em R\$ 1000)	Custeio (em R\$ 1000)
M27	A59	Definir e incluir os incidentes e problemas do Data Center na base da SEATE do MinC	COINT	Governança de TI	2	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	A60	Plano para Reestruturação dos estabilizadores do edifício-sede do MinC	CGRL	IN 04/2010	2	Não se aplica	Consultoria C3S – Gestão de Contratos	Não se aplica	Não se aplica
	A61	Aquisição de solução do Grupo de Geradores para o CPD	COINT	IN 04/2010	2	Não se aplica	Consultoria C3S – Gestão de Contratos	Previsto na Ação 42	
Moo	A62	Contratação de serviço de extensão de garantia e suporte para a atual solução de contingenciamento de energia (No-break) do CPD	COINT	IN 04/2010	2	Não se aplica	Consultoria C3S – Gestão de Contratos	Previsto na Ação 42	
M28	A63	Contratação de serviço de extensão de garantia e suporte para a atual solução de refrigeração do CPD	COINT	IN 04/2010	2	Não se aplica	Consultoria C3S – Gestão de Contratos	Previsto na Ação 42	
	A64	Aquisição de solução de contingenciamento de energia e redundância	COINT	IN 04/2010	2	Não se aplica	Consultoria C3S – Gestão de Contratos	Previsto na Ação 42	
	A65	Aquisição de solução de Grupo Gerador para o CPD como redundância	COINT	IN 04/2010	2	Não se aplica	Consultoria C3S – Gestão de Contratos	2200	

Necess	sidade 1	2: Provimento e manutenção do a	ambiente de h	ospedagem e produ	ıção				
						Recursos	Necessários		
10	,	Ação	Responsável	Humanos				Orçamentários	
11	,	Ayau	Responsaver	Competência	Qtde	Equipamentos	Serviços	Investimento (em R\$ 1000)	Custeio (em R\$ 1000)
	A66	Expansão da capacidade de armazenamento do Storage	COINT	IN 04/2010	2	Não se aplica	Consultoria C3S – Gestão de Contratos	150	
M29	A67	Contratação de nova solução de backup, incluindo hardware e software, contemplando uma unidade de robô de backup e duas unidades externas	COINT	IN 04/2010	3	Não se aplica	Consultoria C3S – Gestão de Contratos	500	
M30	A68	Sala Cofre e novo CPD com mais espaço físico	SPOA	IN 04/2010	2	Sala Cofre	Não se aplica	8.000	Não se aplica
	A69	Licenciamento do parque na plataforma Microsoft	COINT	IN 04/2010	2	Não se aplica	Consultoria C3S – Gestão de Contratos	270	
M31	A70	Contratação de empresa para manutenção da infraestrutura (Microsoft e Software livre)	COINT	IN 04/2010	2	Não se aplica	Consultoria C3S – Gestão de Contratos		16920

Necess	Necessidade 13: Serviço de mailing para a Assessoria de Comunicação do MinC										
			Recursos Necessários								
II	<b>-</b>	Ação	Responsável	Humanos				Orçamentários			
"	J	Açao	Responsavei	Competência	Qtde	Equipamentos	Serviços	Investimento (em R\$ 1000)	Custeio (em R\$ 1000)		
M32	A71	Operacionalizar o serviço de mailing no MinC	COSIS	Mailing	2	Não se aplica		Não se aplica	Não se aplica		

Neces	Necessidade 14: Difusão multimídia de acervos culturais										
		Recursos Necessários									
	ID	Ação	Responsável	Humanos				Orçamentários			
	טו	Ação	Responsavei	Competência	Qtde	Equipamentos	Serviços	Investimento (em R\$ 1000)	Custeio (em R\$ 1000)		
M33	A72	Contratação de Canal Corporativo na Internet	COSIS	Conteúdo em vídeo	2	Não se aplica			50		

	Necessidade 15: Adoção de um processo formal de gestão de projetos de TI baseado nas melhores práticas de mercado											
					Recursos Necessários							
	ID		Ação	Responsável	Humanos				Orçamentários			
			Açao	Responsaver	Competência	Qtde	Equipamentos	Serviços	Investimento (em R\$ 1000)	Custeio (em R\$ 1000)		
	M34	A73	Revisar e atualizar metodologia de gerenciamento de projetos do MinC e adotar metodologia de portfólio de projetos	DIPRO	Gerência de projetos	2	Não se aplica	Consultoria C3S – Gestão de Projetos	Não se aplica	Não se aplica		

### CGT

#### Ministério da Cultura

#### 11. Plano de gestão de pessoas

Este plano levou-se em conta o quantitativo de pessoal necessário para realizar as ações previstas no plano de metas e ações no campo de planejamento, coordenação e transferência de conhecimento. Os servidores serão capacitados para planejar, realizar e fiscalizar contratações, acompanhar a execução e realizar a transferência de conhecimento objeto dos serviços contratados.

O quadro abaixo mostra o quantitativo atual de servidores distribuídos entre as áreas da CGTI:

Áreas da CGTI	Quantidade de servidores efetivos e comissionados
Assessoria ao coordenador-geral de TI	3
COSIS	5
COINT	6
CGOVE	6
TOTAL	20

O quadro abaixo mostra o quantitativo necessário para se atingir as metas do PDTI:

Áreas da CGTI	Quantidade de servidores efetivos e comissionados
Assessoria ao coordenador-geral de TI	3
COSIS	15
COINT	8
CGOVE	12
TOTAL	37

O quadro abaixo mostra as principais qualificações para o cumprimento das metas e ações estabelecidas no PDTI:

Qualificação
Programa de Desenvolvimento de Gestores de Tecnologia da Informação - DGTI
Gerência de Projetos
Segurança da Informação



### 12. Plano de Investimentos em Serviços e Equipamentos

Para consolidar o plano de investimento e custeio deste PDTI, foram analisadas as ações planejadas e estimados os gastos necessários para realização de cada uma dessas ações, identificando as despesas com investimento e custeio.

Os valores mencionados podem ser alterados durante a vigência deste PDTI.

ID	ID	A = 2 =	Orçamentári	os 2012-2014
Meta	Ação	Ação	Investimento	Custeio
	A2	Contratação de fábrica de software para o desenvolvimento, manutenção e melhoria dos sistemas.		25.000.000,00
M1	А3	Contratação de empresa especializada para contagem de ponto de função		400.000,00
	A4	Contratação de consultoria para o SNIIC		12.000.000,00
	A11	Contratar link de internet para redundância da rede		729.000,00
M2	A12	Manutenção da REDE WAN do MinC		4.444.790,00
	A13	Manter o contrato com o SERPRO (Serviços Coorporativos do Governo)		1.660.000,00
	A14	Contratação de empresa para manutenção, monitoramento 24x7 e administração da infraestrutura de redes		10.000.000,00
	A15	Contratação de Serviço de Telefonia Fixa e Móvel (Sede e Regionais)		4.800.000,00
M3	A20	Renovação de 100% do parque de Switches de borda	1.000.000,00	
	A21	Aquisição de Switches Core para unidade Parque Cidade	300.000,00	
	A22	Aquisição de switch Core para redundância	500.000,00	
	A25	Aquisição complementar de solução VOIP para possibilitar redundância e sobrevivência do sistema	450.000,00	
M5	A26	Aquisição de Gateways VOIP para as regionais objetivando a integração com o sistema VOIP da sede em Brasília	350.000,00	
-10	A27	Aquisição de solução de web conferência		400.000,00
M6	A28	Ampliação da solução de vídeo conferência	1.500.000,00	
	A30	Aquisição de equipamentos, conforme levantamento de necessidades no anexo III	1.702.500,00	
MO	A31	Aquisição de softwares, conforme levantamento de necessidades no anexo III	140.000,00	
M8	A32	Aquisição de Antivirus		800.000,00
	A33	Contratação de Outsourcing de Impressão		4.000.000,00

ID	ID	A - = -	Orçam	entários
Meta	Ação	Ação	Investimento	Custeio
M10	A35	Solicitação de capacitação de servidores		600.000,00
M12	A37	Contratação de empresa para prestação de serviço de Service Desk		4.000.000,00
M16	A41	Contratação de uma ferramenta colaborativa para disponibilização do novo portal da cultura		1.000.000,00
M18	A43	Contratação de empresa especializada no modelo COBIT		2.000.000,00
M21	A46	Realizar filiação do MinC ao IFPUG		1.500,00
M22	A47	Contratação de Consultoria Imparcial		1.500.000,00
M23	A48	Contratação de empresa de Apoio à Gestão e Qualidade		5.000.000,00
M24	A49	Contratação de solução de Bl	8.831.710,00	
10124	A50	Contratação de empresa especializada para consultoria em BI		10.000.000,00
M25	A51	Contratação de empresa especializada para implantação de um banco de dados corporativo e administração de dados		6.000.000,00
M28	A65	Aquisição de solução de Grupo Gerador para o CPD como redundância	2.200.000,00	
	A66	Expansão da capacidade de armazenamento do Storage	150.000,00	
M29	A67	Contratação de nova solução de backup, incluindo hardware e software, contemplando uma unidade de robô de backup e duas unidades externas	1.000.000,00	
M30	A68	Sala Cofre e novo CPD com mais espaço físico	8.000.000,00	
M31	A69	Licenciamento do parque na plataforma Microsoft	3.500.000,00	
IVIST	A70	Contratação de empresa para manutenção da infraestrutura (Microsoft e Software livre)		16.920.000,00
M34	A74	Contratação de conta corporativa no youtube		50.000,00
		Total	21.124.210,00	110.805.290,00

#### 13. Plano de gestão de riscos

O plano de gestão de riscos identifica, para as ações planejadas, os principais riscos que podem resultar na inexecução total ou parcial dessas ações, impactando no alcance das metas e na realização do que foi previsto nesse PDTI.

Para cada risco identificado, analisou-se a probabilidade e impacto de ocorrência, aplicando-se uma escala com 5 níveis de classificação: muito baixo, baixo, médio, alto e muito alto. Os critérios utilizados para realizar a classificação em cada um desses níveis são apresentados nos quadros a seguir.

Após a classificação, realizou-se o planejamento de respostas aos riscos, estabelecendo as medidas de contingência e os responsáveis por seu tratamento.

Ressalta-se que a análise realizada neste plano tem caráter preliminar, pois ainda não existem informações detalhadas sobre o escopo das ações que permitam realizar uma análise de riscos mais acurada.

A probabilidade de ocorrência de cada risco foi definida conforme critérios abaixo:

Grau de Probabilidade	Definição
1 - Muito Baixo	<ul> <li>Chance muito rara de acontecer o evento;</li> <li>São raros os casos práticos onde se percebe a ocorrência deste tipo de evento;</li> <li>Estima-se em menor que 5% a chance deste evento de risco ocorrer.</li> </ul>
2 - Baixo	<ul> <li>Esporadicamente observa-se a ocorrência deste tipo de evento;</li> <li>Estima-se entre 5 e 30% a chance deste evento de risco ocorrer.</li> </ul>
3 - Médio	<ul> <li>É comum a ocorrência deste tipo de evento;</li> <li>Estima-se entre 30 e 70% a chance deste evento de risco ocorrer.</li> </ul>
4 - Alto	<ul> <li>Grande probabilidade de acontecer o evento;</li> <li>São bastante frequentes os casos práticos onde se percebe a ocorrência deste tipo de evento;</li> <li>Estima-se entre 70 e 90% a chance deste evento de risco ocorrer.</li> </ul>
5 - Muito Alto	<ul> <li>Quase certeza de acontecer o evento;</li> <li>Estima-se em maior que 90% a chance deste evento de risco ocorrer.</li> </ul>

### Ministério da Cultura

Para a definição do grau de impacto, foram utilizados os seguintes critérios objetivos de análise qualitativa:

Grau de Impacto	Definição
1 - Muito Baixo	<ul> <li>Os efeitos do evento de risco são imperceptíveis;</li> <li>Não requerem ações de prevenção;</li> <li>Na maioria das vezes, o custo da prevenção do risco é maior que o custo do evento do risco.</li> </ul>
2 - Baixo	<ul> <li>Os efeitos do evento são baixos;</li> <li>Quanto estes eventos afetam o custo, o prazo ou a qualidade do projeto, podem ser facilmente reparados e ajustados não causando ameaças ao sucesso do projeto;</li> <li>Gerentes, líderes, fiscais e gestores têm autonomia de tratar esses assuntos</li> </ul>
3 - Médio	<ul> <li>Os efeitos do evento são moderados;</li> <li>Quanto estes eventos afetam o custo, o prazo ou a qualidade do projeto, podem ser reparados e ajustados, entretanto os impactos podem afetar os planos do projeto, necessitando de renegociação de prazos e custos;</li> <li>Gerentes, líderes, fiscais e gestores têm capacidade de tratar esses eventos, entretanto, necessitam de autorização superior.</li> </ul>
4 - Alto	<ul> <li>Os efeitos do evento são elevados;</li> <li>Quanto estes eventos afetam o custo, o prazo ou a qualidade do projeto, somente podem ser reparados através de replanejamento, necessitando de renegociação de prazos e custos entre as partes;</li> <li>Quantos gerentes, líderes, fiscais e gestores necessitam de autorização superior e atuação em conjunto para tratar eventos desse tipo.</li> </ul>
5 - Muito Alto	<ul> <li>Os efeitos do evento são críticos;</li> <li>Quanto estes eventos afetam o custo, o prazo ou a qualidade do projeto, somente podem ser reparados através de replanejamento, necessitando de renegociação de prazos e custos entre as partes;</li> <li>Deve ser validado se o projeto deve prosseguir ou ser cancelado.</li> <li>Somente autoridades superiores têm poderes para tratar esses tipos de eventos.</li> </ul>

A tabela a seguir apresenta os riscos para as ações identificadas com probabilidade e impacto que necessitam de controle por parte da CGTI, pois seus efeitos podem afetar o custo, prazo ou qualidade do projeto.





Meta	Ação	Risco		Drobobilidada	Imposts	Trotomonto do ricos	Doononoéval
weta		ld	Descrição	Probabilidade	Impacto	Tratamento do risco	Responsável
	A1	R1	Não haver pessoal qualificado para a atividade	3	3	Capacitar servidores para realizar a ação	CGTI
	A2	R2	Não haver recursos para realizar a contratação	2	4	Capacitar servidores para realizar a ação	CGTI
	А3	R3	Não haver recursos para realizar a contratação	2	4	Capacitar servidores para realizar a ação	CGTI
	A4	R4	Não haver recursos para realizar a contratação	3	5	Capacitar servidores para realizar a manutenção do sistema	CGTI
M1	A5	R5	Não haver recursos para realizar o desenvolvimento	3	5	Capacitar servidores para realizar o desenvolvimento	CGTI
IVI I	A6	R6	Não haver recursos para realizar o desenvolvimento	3	5	Capacitar servidores para realizar o desenvolvimento	CGTI
	A7	R7	Não haver recursos para realizar o desenvolvimento	3	5	Capacitar servidores para realizar o desenvolvimento	CGTI
	A8	R8	Não haver recursos para realizar o aprimoramento	3	5	Capacitar servidores para realizar a manutenção do sistema	CGTI
	A9	R9	Não haver recursos para realizar o desenvolvimento	3	5	Capacitar servidores para realizar o desenvolvimento	CGTI
	A10	R10	Não haver recursos para realizar o aprimoramento	3	5	Capacitar servidores para realizar a manutenção do sistema	CGTI
	A11	R11	Não haver recursos para realizar a contratação	4	5	Não se aplica	CGTI
M2	A12	R12	Não haver recursos para realizar a contratação	3	4	Não se aplica	CGTI
	A13	R13	Não haver recursos para realizar a contratação	3	5	Não se aplica	CGTI





Moto	Acão	Risco		Drobobilidada	luunaata	Trotomonto do ricos	Desmanaéval	
Meta	Ação	ld	Descrição	Probabilidade	impacto	Tratamento do risco	Responsável	
	A14	R14	Não haver recursos para realizar a contratação	3	4	Não se aplica	CGTI	
	A15	R15	Não haver recursos para realizar a contratação	3	4	Não se aplica	CGTI	
	A16	R16	Não haver recursos para realizar a contratação	2	3	Não se aplica	ССТІ	
	A17	R17	Não haver recursos para realizar a contratação	2	3	Não se aplica	ССТІ	
МЗ	A18	R18	Não haver recursos para realizar a contratação	2	3	Não se aplica	ССТІ	
	A19	R19	Não haver recursos para realizar a aquisição	3	4	Não se aplica	CGTI	
	A20	R20	Não haver recursos para realizar a aquisição	3	4	Não se aplica	CGTI	
	A21	R21	Não haver recursos para realizar a aquisição	3	4	Não se aplica	CGTI	
	A22	R22	Não haver recursos para realizar a aquisição	3	4	Não se aplica	CGTI	
N44	A23	R23	Não haver recursos humanos suficientes para realizar a definição.	3	3	Buscar apoio de outros órgãos públicos	CGTI	
M4	A24	R24	Não haver recursos humanos suficientes para realizar a definição.	3	3	Buscar apoio de outros órgãos públicos	CGTI	
NAF	A25	R25	Não haver recursos para realizar a aquisição	3	4	Não se aplica	CGTI	
M5	A26	R26	Não haver recursos para realizar a aquisição	3	5	Não se aplica	CGTI	





Meta	Ação	Risco		Probabilidade	Imposts	Tratamento do risco	Responsável	
weta	Ação	ld	Descrição	Probabilidade	impacto	Tratamento do risco	Responsavei	
M6	A27	R27	Não haver recursos para realizar a aquisição	3	4	Utilização de outros meios como telefone e e-mail	CGTI	
IVIO	A28	R28	Não haver recursos para realizar a contratação	3	4	Não se aplica	CGTI	
M7	A29	R29	Não haver pessoal qualificado para a atividade	3	3	Capacitar servidores para realizar a ação	CGTI	
	A30	R30	Não haver recursos para realizar a contratação	4	4	Capacitar servidores para realizar a ação	CGTI	
M8	A31	R31	Não haver recursos para realizar a contratação	2	4	Capacitar servidores para realizar a ação	CGTI	
IVIO	A32	R32	Não haver recursos para realizar a contratação	2	4	Capacitar servidores para realizar a ação	CGTI	
	A33	R33	Não haver recursos para realizar a contratação	2	4	Capacitar servidores para realizar a ação	CGTI	
M9	A34	R34	Não haver recursos para realizar a contratação de empresa especializada	4	2	Capacitar servidores para implantar os processos	CGTI	
M10	A35	R35	Não haver recursos para realizar as capacitações	4	2	Capacitar servidores internamente	CGTI	
M11	A36	R36	Não haver recursos para realizar o concurso público	4	2	Ajustar internamente as atribuições dos servidores	CGTI	
M12	A37	R37	Não haver recursos para realizar a contratação	rer recursos para realizar a		Capacitar servidores para realizar a ação	CGTI	
M13	A38	R38	Não haver recursos para realizar a contratação de empresa especializada	4	2	Capacitar servidores para implantar os processos	CGTI	
M14	A39	R39	Não haver pessoal qualificado para a atividade	4	3	Capacitar servidores para realizar a ação	CGTI	





Meta	A 0 5 0	Risco		Drobobilidada	Imposto	Trotomonto de visco	Doomonoóval	
weta	Ação	ld	Descrição	Probabilidade	impacto	Tratamento do risco	Responsável	
M15	A40	R40	Não haver pessoal qualificado para a atividade	2	3	Capacitar servidores para realizar a ação	ССТІ	
M16	A41	R41	Não haver recursos para realizar a contratação	4	2	Não se aplica	ССТІ	
M17	A42	R42	Não haver pessoal qualificado para a atividade	3	3	Capacitar servidores para realizar a ação	ССТІ	
M18	A43	R43	Não haver recursos para realizar a contratação de empresa especializada	4	2	Capacitar servidores para implantar os processos		
M19	A44	R44	Não haver recursos para realizar a contratação de empresa especializada	4	2	Capacitar servidores para implantar os processos	CGOVE	
M20	A45	R45	Não haver recursos para realizar a contratação de empresa especializada	4	2	Capacitar servidores para implantar os processos	CGOVE	
M21	A46	R46	Não haver recursos para realizar a contratação de empresa especializada	4	2	Capacitar servidores para implantar os processos	CGOVE	
M22	A47	R47	Não haver recursos para realizar a contratação de empresa especializada	4	2	Capacitar servidores para implantar os processos	CGOVE	
M23	A48	R48	Não haver recursos para realizar a contratação de empresa especializada	4	2	Capacitar servidores para implantar os processos	CGOVE	
M24	A49	R49	Não haver recursos para realizar a contratação	3	3	Não se aplica	ССТІ	
IVI∠4	A50	R50	Não haver recursos para realizar a contratação	3	3	Não se aplica	ССТІ	
M25	A51	R51	Não haver recursos para realizar a contratação	4	2	Não se aplica	CGTI	





Moto	Ação	Risco		Drobobilidada	Imposto	Trotomonto do visco	Responsável	
Meta	Açau	ld	Descrição	Probabilidade Impacto		Tratamento do risco	Responsavei	
	A52	R52	Não conseguir instituir o Comitê	3	5	Nomear uma autoridade superior do MinC para responder pelo Comitê enquanto o mesmo não é criado	MinC	
	A53	R53	Não haver pessoal qualificado para a atividade	3	5	Capacitar um servidor nas principais normas de segurança	CGTI	
	A54	R54	POSIC não for publicada	2	4	Sensibilizar a Alta Administração para a publicação da norma	SPOA	
M26	A55	R55	Falta de relevância dada à classificação das informações por parte da SPOA	3	3	Conscientizar a SPOA para a importância do da tarefa	ССТІ	
	A56	R56	Não haver recursos para realizar a contratação de empresa especializada	4	5	Capacitar servidores em cursos técnicos para realizar a atividade até que seja possível contratar a empresa	ССТІ	
	A57	R57	Não haver recursos para realizar a contratação de empresa especializada	4	3	Capacitar servidores em cursos técnicos para realizar a atividade até que seja possível contratar a empresa	ССТІ	
	A58	R58	Não haver recursos para realizar a contratação de empresa especializada	4	5	Capacitar servidores nas principais normas de segurança para realizar as atividades	ССТІ	
M27	A59	R59	Não haver recursos humanos para condução do trabalho	4	4	Buscar apoio de outros órgãos públicos para a realização do trabalho	CGTI	
	A60	R60	Não haver recursos para realizar a contratação	3	3	Não se aplica	ССТІ	
	A61	R61	Não haver recursos para realizar a contratação	3	3	Não se aplica	ССТІ	
Moo	A62	R62	Não haver recursos para realizar a contratação	2	3	Não se aplica	ССТІ	
M28	A63	R63	Não haver recursos para realizar a contratação	2	3	Não se aplica	ССТІ	
	A64	R64	Não haver recursos para realizar a contratação	3	3	Não se aplica	ССТІ	
	A65	R65	Não haver recursos para realizar a contratação	3	3	Não se aplica	CGTI	





Moto	A 0 5 0	Risco		Probabilidade Impacto		Trotomonto do visco	Doomonoóval
Meta	Ação	ld	Descrição	Probabilidade	impacto	Tratamento do risco	Responsável
M29	A66	R66	Não haver recursos para realizar a contratação	4	3	Dados armazenado nas storages ficarão armazenadas localmente dos casos em que o impacto da perda for baixo	CGTI
IVIZ9	A67	R67	Não haver recursos para realizar a contratação 4 3 Não se aplica		Não se aplica	CGTI	
M30	A68	R68	Não haver recursos para realizar a contratação	4	5	Não se aplica	CGTI
M31	A69	R69	Não haver recursos para realizar a contratação	4	5	O MinC poderá utilizar as versões licenciadas atuais, com alguns prejuízos de novos serviços demandados por falta de funcionalidades nas versões que o MinC utiliza	ССТІ
	A70	R70	Não haver recursos para realizar a contratação	3	3	Capacitar servidores para realizar a ação	ССТІ
M32	A71	R71	Não haver pessoal qualificado para a atividade	3	3	Capacitar servidores para realizar a ação	CGTI
M33	A72	R72	Não haver recursos para realizar a contratação	4	2	Não se aplica	ССТІ
M34	A73	R73	Não haver pessoal qualificado para a atividade	3	3	Capacitar servidores para realizar a ação	ССТІ



# Política de aquisição, substituição e descarte de equipamentos.

- 14.1 Política de Aquisição de Equipamentos de TI:
  - a. As especificações para aquisições de bens de TI deverão conter critérios de sustentabilidade ambiental, desde que as exigências não venham a frustrar a competitividade, considerando:
    - i. Processos de extração, fabricação e descarte de produtos;
    - ii. Recursos para economia de energia; e
    - iii. Matérias-primas utilizadas.
  - b. Os processos de aquisições de bens de TI devem considerar as especificações mínimas de equipamentos descritas no portal do SISP, de acordo com o endereço: <a href="http://www.sisp.gov.br/ct-gcie/especificacoestic">http://www.sisp.gov.br/ct-gcie/especificacoestic</a> ou outro posteriormente especificado, salvo nos casos em que não existam especificações para os bens a serem adquiridos.
  - 14.2 Política de Substituição de Equipamentos de TI

Serão priorizadas as substituições de equipamentos que se enquadrarem nas seguintes situações:

- a. Obsolecência: Tornaram-se pelo tempo de uso, desgaste ou defasagem tecnológica obsoletos, não proporcionando a produtividade e confiabilidade necessárias ao desempenho das atividades do órgão em que estão sendo utilizados;
- Sem garantia: Prazo de garantia esgotado, tornando os custos de manutenção onerosos, ampliando-se as dificuldades de obtenção de peças de reposição e os riscos de descontinuidade das atividades críticas do órgão em que estão sendo utilizados;
- 14.3 Política de Descarte de Equipamentos de TI

Os equipamentos de TI, inservíveis ao órgão em que estão disponibilizados, serão encaminhados ao Departamento responsável pelo Patrimônio para que sejam providenciados os remanejamentos ou defazimentos, observados o Decreto Nº 99.658, de 30 de outubro de 1990; o Decreto Nº 6.087, de 20 de abril de 2007; a Instrução Normativa SLTI/MP Nº 01, de 19 de janeiro de 2010; e as demais alterações e legislações posteriores.



#### 15. Proposta orçamentária

O recurso financeiro previsto para a execução das metas do PDTI para os anos de 2012 a 2014 é de **R\$ 131.929.500,00** (cento e trinta e um milhões novecentos e vinte e nove mil e quinhentos reais).

Esta CGTI não tem conhecimento sobre realização de adequações ou restrições na composição orçamentária deste PDTI.

#### 16. Processo de revisão do PDTI 2012-2014

O PDTIC 2012-2014 será revisado ao final do segundo ano de execução. Quando restarem 06 (seis) meses para o término da vigência do Plano, dar-se-á início ao processo de elaboração de um novo PDTI.

#### 17. Fatores críticos de Sucesso

Fatores Críticos de Sucesso são requisitos que o órgão necessita para obter os resultados planejados. A ausência de um ou de vários desses requisitos, ou mesmo sua presença de forma precária, gerará impacto na estratégia e, consequentemente, no negócio finalístico do MinC.

Os fatores levantados como críticos para a efetiva implantação e consequente obtenção dos resultados previstos pela TI são:

- Tornar o processo de implantação do PDTI um compromisso da alta direção, dos gestores e dos servidores do MinC, devendo ser conduzido de forma multi-institucional e integrado aos objetivos estratégicos do Ministério.
- Institucionalizar os profissionais da área de TI do MinC em comitês e fóruns decisórios do MinC, visando consolidar o papel da tecnologia da informação na gestão estratégica e garantir o alinhamento da TI às estratégias organizacionais.
- Implantar a infraestrutura proposta no PDTI para atender as necessidades da organização.
- Compor um quadro de competências de TI com as especialidades necessárias para atender às ações e aos projetos definidos no PDTI.
- Garantir recursos humanos, orçamentários e financeiros para a execução das ações e dos projetos do PDTI.
- Institucionalizar o modelo de governança de TI, proposto no PDTI.



#### 18. Conclusão

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTI formaliza e comunica à organização os Planos, Metas e Ações em Tecnologia da informação que serão realizados no período de vigência deste instrumento de planejamento, após a realização de diagnóstico que exibe a situação atual e sinaliza a tendência para os investimentos. Além disso, demonstra de modo claro e transparente como os recursos e serviços de TI serão alocados para atender aos objetivos estratégicos do órgão.

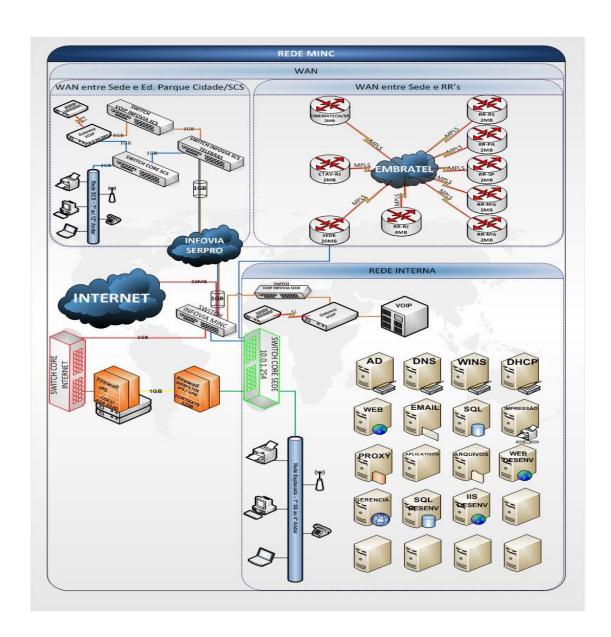
Ressalta-se a importância que a TI oferece às áreas de negócio do MinC, automatizando tarefas e agregando valor por meio da disponibilização das informações no momento correto, de forma íntegra e segura.

O PDTI não é um documento estático e definitivo, podendo ser alterado pelo Comitê de TI para se ajustar ao cenário financeiro e político do órgão, provendo assim a flexibilidade necessária para a melhoria dos processos e tarefas.

Com a implantação das ações previstas neste documento, espera-se atingir os princípios básicos da Administração Pública Federal que é a legalidade, impessoalidade, moralidade, e em especial a eficiência, por meio da redução de custos e otimização dos recursos.



### ANEXO I – SITUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE REDES DO MINC



### Ministério da Cultura

### ANEXO II – CATÁLOGO DE SISTEMAS

Sigla	Nome	Objetivo	Plataforma	Linguagem	Banco de Dados
SALIC	Sistema de Apoio as Leis de Incentivo à Cultura	Registrar e acompanhar os Projetos Culturais apoiados pelas leis de Incentivo à Cultura, Roaunet e Audiovisual, e subsidiar os gestores com informações sobre a situação do Mecenato e do FNC – Fundo Nacional da Cultura, por área e segmento cultural, sobre os investimentos realizados	web	PHP	SQL SERVER
RHSis	Sistema de Gestão de Recursos Humanos	O sistema possibilita gerir os processos de cadastro, capacitação, progressão funcional, férias.	web	PHP	SQL SERVER
SAD	Sistema de Acompanhamento de Documentos	Registrar e acompanhar a tramitação de documentos, como processo, ofício, memorando, projeto, portaria, contrato, entre outros, expedidos e recebidos pelo Ministério	Cliente Servidor	VB	SQL SERVER
SadWeb	Sistema de Acompanhamento de Documentos Web	Registrar e acompanhar a tramitação de documentos, como processo, ofício, memorando, projeto, portaria, contrato, entre outros, expedidos e recebidos pelo Ministério na Internet.	web	PHP	SQL SERVER
SolicitaNet	Sistema de Solicitações de Serviço	Registrar e acompanhar as demandas de serviços encaminhadas à área de serviços logísticos do Ministério.	web	PHP	SQL SERVER
	Sistema de Cadastro de Documentos Digitalizados	Cadastrar e digitalizar os documentos tramitados pelas unidades	web	PHP	SQL SERVER

Sigla	Nome	Objetivo	Plataforma	Linguagem	Banco de Dados
	Sistema de Controle de Bilhetes Aéreos	Registrar as RTs, acompanhar o faturamento dos bilhetes aéreos pela empresa contratada, a prestação de contas pelos usuários e o acompanhamento do pagamento das diárias de acordo com as PCDs	Cliente servidor	VBA	Access MDB
BilheteWeb	Sistema de Controle de Bilhetes Aéreos Web	Registrar as RTs, acompanhar o faturamento dos bilhetes aéreos pela empresa contratada, a prestação de contas pelos usuários e o acompanhamento do pagamento das diárias de acordo com as PCDs.	web	PHP	Access MDB
	Sistema de Cadastro de Visitantes	Registrar e acompanhar as pessoas que visitam o MinC.	web	PHP	SQL SERVER
	Sistema de Cadastro de Usuários de Sistemas da Rede MinC	Cadastrar os usuários da Rede MinC			IDC/HTX e SQL Server
	Sistema de Cadastro de Email	Cadastrar os email dos usuários da Rede MinC			IDC/HTX e SQL Server
	Sistema de Controle de Frequência Ponto On- Line	Registrar a entrada e a saída dos servidores	web		IDC/HTX e SQL Server
	Sistema de Cadastramento de Matérias na Intranet	Cadastrar as matérias para exibição na Intranet			IDC/HTX e SQL Server



Sigla	Nome	Objetivo	Plataforma	Linguagem	Banco de Dados
	Sistema de Consultas ao Cadastro de Usuários (Localizar Pessoas,E-mails, etc)	Localizar as Pessoas e emails	web		IDC/HTX e SQL Server
	Sistema de Serviço de Mensageria	Enviar e receber mensagens pela Intranet			IDC/HTX e SQL Server
	Sistema de Acompanhamento de Equipamentos – SAEq	Cadastrar e acompanhar os equipamentos de informática e as Ordens de Serviço de Atendimento aos Usuários			IDC/HTX e SQL Server
	Sistema de Acompanhamento da Ação Griô	Cadastrar e acompanhar o pagamento de bolsa dos Griôs		PHP	SQL Server
Sicre	Sistema de Credenciamento	Cadastrar e controlar as opções de menu dos sistemas, perfis de acesso e os órgãos integrantes da estrutura do MinC, cadastrar e descadastrar usuários, liberar senhas e autorizar o acesso aos sistemas.	web	PHP	SQL Server
SIMC		Monitorar e avaliar as ações e programas do PPA (Plano Plurianual), elaborar a Proposta Orçamentária e acompanhar a execução Orçamentário Financeira		PHP	SQL Server
SalicNet		Consultar os Projetos Culturais apoiados pelas leis de Incentivo à Cultura, Roaunet e Audiovisual, e subsidiar os gestores com informações sobre a situação do Mecenato e do FNC – Fundo Nacional da Cultura, por área e segmento	web	PHP	SQL Server

Sigla	Nome	Objetivo	Plataforma	Linguagem	Banco de Dados
		cultural, sobre os investimentos realizados, pela Internet.			
	Módulo de Abertura Massificada de Conta- Corrente Banco do Brasil	Controlar e acompanhar a abertura de conta-corrente bloqueada e de livre movimentação dos projetos culturais, mecenato, no Banco do Brasil	web	PHP	SQL Server
	Módulo de Abertura Massificada de Conta- Corrente Caixa Econômica	Controlar e acompanhar a abertura de conta-corrente, recursos do FNC, na Caixa Econômica	web	PHP	SQL Server
	Sistema de Cadastro de Agentes	Cadastrar os agentes, pessoas físicas e jurídicas, que interagem com o MinC			
	Sistema de Contatos Nordeste	Cadastrar os contatos	web	PHP	SQL Server
	Sistema de Gestão do Almoxarifado	Gestão do Almoxarifado			SQL Server
	Sistema de Gestão do Patrimônio				SQL Server
SCDP	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens	Controlar e acompanhar a concessão de diárias e passagens e a prestação de contas de viagens de servidores públicos federais e colaboradores		ASP	ORACLE

Sigla	Nome	Objetivo	Plataforma	Linguagem	Banco de Dados
	ARCHES LIB	Catalogar obras, periódicos, monografias, com atribuição de autores, editoras, assuntos. Cadastrar leitores para controlar empréstimo, devolução, reserva e multa		Delphi	SQL Server
	Folio	Gerenciador e recuperador de informações que permite a captura, manutenção e distribuição de dados no formato de bases textuais estruturadas e não normalizadas, denominadas infobases, compreendendo uma coleção de informações de vários tipos e procedências: texto, tabela, imagem, som e gráfico			
	Sistema de Inventário CACIC	Fornecer um diagnóstico do parque computacional e disponibilizar informações sobre o número de equipamentos, sua distribuição nas unidades organizacionais, os softwares utilizados e licenciados, configurações de hardware, informações patrimoniais, localização física dos equipamentos.		PHP, VB, Delphi	MySQL
CA Clarity	Sistema de Gerenciamento de Portfólio, Projetos e Demandas	O CA Clarity PPM é uma solução que melhora a otimização do processo de serviços profissionais, incluindo Gestão de Projetos e Portfólio, oferecendo um panorama abrangente de todas as demandas de negócio, assim como capacidades de recursos, contratos de serviço e rastreamento de tempo que geram um fornecimento mais previsível e controlado. A solução engloba desde o gerenciamento de recursos, demandas, projetos e portfólios.	WEB	JAVA	SQL Server e Oracle
SISOUVIDOR	Sistema de Ouvidoria	O sistema é um canal de interlocução entre o ministério da cultura e o cidadão.	Web	JAVA	SQL SERVER
SIPAC	Módulo Almoxarifado	O módulo Almoxarifado dá suporte aos almoxarifados setoriais e ao almoxarifado central do MinC controlando	WEB	JAVA	PostgreSQL





Sigla	Nome	Objetivo	Plataforma	Linguagem	Banco de Dados
		seus estoques e as requisições por eles atendidas. O atendimento de uma requisição provoca baixa no estoque. Através desse módulo também são emitidos relatórios e cadastrados materiais.			
SIGRH	Módulo Cadastro de servidores	O módulo Cadastro oferece, aos gestores, operações que o cadastro dos itens básicos do sistema.	WEB	JAVA	PostgreSQL
SIPAC	Módulo Contratos	O módulo Contratos abrange atividades relacionadas aos contratos que são celebrados entre o MINC e prestadores de serviços e de materiais. São envolvidas nesse módulo atividades como: detalhes contratuais, documentação, controle de movimentação e de pagamento, além de visualização de consultas e relatórios.	WEB	JAVA	PostgreSQL